

## CURRÍCULO DE HISTÓRIA: PERSPECTIVAS LOCAIS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

---

Israel Soares de Sousa<sup>1</sup>

### Resumo

Este trabalho busca analisar as contribuições das Propostas Curriculares do Primeiro Segmento na Educação de Jovens e Adultos, com relação área a de Estudos da Sociedade e da Natureza, na perspectiva de ampliação do conceito de currículo para além da ideia da lista de conteúdos a serem seguidos pelo professor. Especificamos a questão do ensino de história na EJA, pois partimos da nossa vivência enquanto professor da citada disciplina em escolas públicas do município e da verificação da distância existente entre a história oficial e a história local. Propomos uma prática de história baseada nas vivências locais, a partir do resgate da história local, o que, no nosso entender, amplia a concepção de currículo estática e inflexível, para uma noção de currículo construído e modificado a partir das várias vivências sociais dos alunos.

**Palavras-chave:** Propostas curriculares; ensino de história; história local.

### Abstract

This paper seeks to analyze the contributions of the first segment of the curriculum proposals in Youth and Adult Education, with the area ratio for the Study of Society and Nature, in view of expanding the concept of the curriculum beyond the idea of the content list to be followed by the teacher. We specify the issue of history teaching in adult education because some of our experience as a teacher of that discipline in public schools and checking the gap between official history and local history. We propose a practice story based on local experiences, from the rescue of local history, which, in our opinion, extends the concept of curriculum static and inflexible to the notion of a curriculum built and modified from the different social experiences of students.

**Keyword:** proposed curriculum, teaching history, local history.

## CURRÍCULO DE HISTÓRIA: PERSPECTIVAS LOCAIS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Muitas considerações acerca do currículo de história no ensino público de caráter dito “regular” vêm sendo discutidas exaustivamente, realidade que não se altera na Educação de Jovens e Adultos – EJA, uma vez que seus atores já experienciaram uma oportunidade de vivência escolar afastada de suas realidades e, por algum motivo, foram estereotipados de “fracassados” pelo sistema educacional.

---

<sup>1</sup> Mestre e doutorando em Educação pela Universidade Federal da Paraíba na linha de Educação Popular

Nesse sentido, discute-se acerca da importância do currículo para uma prática educacional mais democrática, que valorize os saberes populares e que não imponha de cima para baixo, uma série de conhecimentos descontextualizados da realidade social dos alunos, concebendo-os como sujeitos passivos de recepção de conteúdos prontos e verdadeiros, inquestionáveis e essenciais para uma participação efetiva na sociedade e no mundo do trabalho.

Na concepção de Furtado (2009, p. 55), a presença desse público na EJA pode ser entendida como resultado de um processo de escolarização degradada, onde, mesmo os jovens tendo acesso ao espaço físico, não experimentam uma educação de qualidade que os respeite enquanto sujeitos de direito.

Diferente das crianças do ensino regular, as pessoas jovens e adultas da EJA, são homens e mulheres que chegam à escola com crenças e valores já constituídos, mas que ainda estão em pleno desenvolvimento físico, mental e espiritual.

Outra característica marcante dos jovens e adultos da EJA é a participação, de parte considerável, no mundo do trabalho, seja ele formal ou informal, pois são pessoas que possuem responsabilidades sociais e familiares; é o pedreiro, a costureira, a doméstica, o pintor, o ambulante, ou outra profissão que dá o sustento e a garantia de sobrevivência ao estudante da EJA e à sua família.

Desconsiderar essas vivências como uma realidade histórica e desvalorizá-la nas práticas educacionais perpetua uma educação hierarquizada que considera um professor que tudo sabe e um aluno que não sabe de nada. Nesse sentido, a história válida é a dos livros, ou seja, a história oficial, dos “grandes homens e heróis” e a história local é descartada ou vista como sem importância.

Diante dessas considerações, o presente artigo busca pontuar alguns elementos da Proposta Curricular para a área de Estudos da Sociedade e da Natureza do 1º Segmento da Educação de Jovens e Adultos e propor práticas de ensino de história pautadas em reflexões em contemplem a história local dos agentes da EJA, a partir das orientações do MEC no referido documento.

Para isso, realizamos algumas considerações sobre o conceito de história e sua relação com a história local e destacamos elementos para reflexão relacionados ao uso desse campo de saber na perspectiva instrumental de construção de uma consciência crítica em sala de aula.

Apresentamos a história local como uma, entre outras possibilidades, de construção de uma educação conjunta, onde o educador leva em consideração a história dos educandos enquanto ponto de partida para a compreensão do mundo. Vale lembrar que não se pode deixar de lado a relação entre o local e o que ocorre na história de caráter global, pois, é dentro da localidade que os grupos constroem suas histórias cotidianas, porém vinculadas com as realidades mais gerais.

Nessa perspectiva, entendemos ser necessário não perder as possíveis conexões entre o recorte histórico local e a perspectiva da história geral, procurando dessa forma identidades próprias dos educandos dentro de seus contextos vivenciais, sem perder de vista sua importância na história da humanidade.

## **O QUE ENTENDEMOS POR CURRÍCULO?**

A conceituação de currículo tem sido controversa e tem se modificado historicamente, além disso, diante de nossa prática enquanto professor de história em escolas públicas, percebemos que existem muitas dificuldades por parte dos professores em especificar o significado do termo currículo, reduzindo-o a tudo ou a nada, como nos afirma Macedo (2009). Sendo, nesse sentido, o tudo se relaciona ao abstrato de difícil compreensão; e o

nada à redução mercadológica e tecnocrática. Porém, é importante que haja um processo de discussão e aproximação dos professores para com o debate acerca do currículo, o que motivou muitas produções na área, como nos afirma Macedo (2009)

O que nos mobiliza, em larga medida, neste momento, é a necessidade de os educadores saberem distinguir o campo e o objeto de estudo do currículo como processos históricos, como processos de interesse formativo e ao mesmo tempo de *empoderamento* político.

É a partir do conhecimento, pautado em uma práxis, entendida como a reflexão da prática educativa, caracterizada pelo processo de reflexão/ação/reflexão, que os educadores mudarão suas posturas pedagógicas, suas concepções e sua prática política, o que também inclui a ideia de currículo e, conseqüentemente, de empoderamento e melhorias na educação do nosso país.

Nesse sentido, é cabível que a concepção de currículo pautado no senso comum escolar seja superada. De acordo com Macedo (2009)

Em geral, o senso comum educacional percebe o currículo como um documento onde se expressa e se organiza a formação, ou seja, o arranjo, o desenho organizativo dos conhecimentos, métodos e atividade em disciplina, matérias ou áreas, competências, etc.; como um artefato burocrático prescrito. (p. 25).

Essa perspectiva reducionista de currículo tem escondido a complexidade das relações sociais e, no caso da história, valoriza o desenho organizativo, o documento com os conteúdos que se devem seguir e que, na maioria das vezes, descarta as vivências das comunidades do ritmo que rege a história. Em geral, e ainda de acordo com Macedo (2009).

não perspectivam o fato de que o currículo se dinamiza na prática educativa como um todo e nela assume feições que o conhecimento e a compreensão do documento por si só não conseguem elucidar (p. 25-26).

O currículo, no nosso entender, supera a questão formal e documental da lista de conteúdos a ser seguida, ele compreende também um fazer social, que modifica e dá vida própria ao fazer escolar, pois o processo educativo é complexo, e como tal, não se reduz às questões locais, nem tampouco às generalizações vazias. Nesse sentido, podemos entender o currículo como “um complexo cultural tecido por relações ideologicamente organizadas e orientadas” (Macedo, 2009, p 26).

É com essa percepção que defendemos que a história local, no contexto curricular do ensino de história na EJA, se torna um elemento importante no processo de empoderamento dos educandos e possibilita a interação entre os saberes populares e os conhecimentos escolares sistematizados.

## O QUE É E PARA QUE ESTUDAR HISTÓRIA?

Quando perguntamos o que é história, em nossos pensamentos parece ser desnecessária qualquer definição por que, como bem afirma Borges (2003) “um termo com o qual convivemos diariamente desde a infância.” (p. 7). Porém, a complexidade da palavra reside na sua polissemia, e qualquer tentativa de definição resultará numa grande dificuldade.

Entre dezenas de significados podemos elencar: o passado da humanidade, enquanto os acontecimentos vividos e o estudo desses acontecimentos. Salientando que a história não estuda o passado pelo passado, mas, mantém um diálogo vivo com o ele, ou seja, parte de problemas presentes e recorre ao passado para entender as transformações da sociedade no tempo.

Borges (2003) afirma que “a história é a história do homem, visto como um ser social, vivendo em sociedade. É a história das transformações humanas, desde o seu aparecimento na terra até os dias em que estamos vivendo” (p. 48), isso em seu primeiro sentido. No segundo sentido ela afirma que “o conhecimento histórico serve para nos fazer entender, junto com outras formas de conhecimento, as condições de nossa realidade, tendo em vista o delineamento de nossa atuação na história.” (p. 48).

Dessa forma, podemos dizer que a história é todo acontecimento vivido pela humanidade, e é, também, o estudo desses acontecimentos. Sua função reside na busca explicar nossa realidade, nossos anseios presentes, nossos problemas, e, para isso, ela recorre ao passado, porém, um passado vivo e dialético.

No universo da EJA, a história se faz de suma importância, uma vez que ela abre a possibilidade do aluno perceber-se um sujeito histórico, participante do processo de transformação social. Além disso, é necessário valorizar o conhecimento prévio dos alunos, adquiridos no seu cotidiano nas suas instituições sociais, como a família, a igreja, a associação de bairro, etc.

Deve-se levar em consideração que o aluno de EJA já possui um histórico de exclusão com diversas derrotas vividas ao longo de um processo escolar, muitas vezes já iniciada no ensino regular, que terminam por abalar sua auto-estima. Nesse sentido, qualquer que seja a decepção, colabora para que o aluno se evada. Assim, aproximar os conteúdos à realidade dos alunos, valorizando assim o seu saber, sua história e suas conquistas, inclusive aprendendo com eles, pode contribuir para o despertar do aprender a aprender, contribuindo para amenizar um dos maiores problemas da EJA: a evasão escolar.

## MEMÓRIA E IDENTIDADE SOCIAL

Como a história trabalha com a construção da memória, ela atua na manutenção daquilo que pretende que seja lembrado, ou do que se pretende que seja esquecido. Em outras palavras, a história se utiliza ativamente da memória coletiva. Lembrar os heróis nacionais, esquecer os movimentos populares organizados, durante muito tempo, essa tem sido a lógica da história a serviço do Estado.

A história, como um dos campos de saberes sociais que trabalha com a construção dos fatos vividos pela sociedade, e que, na maioria das vezes está à disposição das camadas dominantes, seleciona os acontecimentos não de forma ingênua e neutra, mas de acordo as necessidades de manutenção da permanência dessas camadas dominantes no poder. Da forma que individualmente a memória é afetada pelas manipulações, conscientes ou inconscientes exercidas pelo interesse, a afetividade, o desejo ou outro sentimento, a memória coletiva é afetada pelas manipulações, nesse caso muito mais conscientes que

inconscientes, exercidas pelos interesses dos grupos dominantes. Ainda Le Goff (1996) nos afirma que

Do mesmo modo, a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. (p. 426).

É a consciência dessa memória coletiva que vai trazer aos grupos sociais uma percepção de si mesmos, fazendo-os reconhecerem-se enquanto agentes históricos e percebam que suas ações geram transformações, no tempo e no espaço, ou seja, é necessário que os homens percebam sua identidade social, compreendida segundo Neves (1997) como:

Identidade social, por sua vez, implica na consciência que se tem de si mesmo. Essa consciência supõe um reconhecimento do mundo (contexto) no qual se existe e atua. Portanto, por identidade social pode-se entender o reconhecimento de si próprio como **sujeito** da história (processo). E, na medida em que o sujeito da história é realizador de ações, ele é, também, **objeto** da história (ciência).

É a identidade social que pode trazer à sociedade uma consciência das transformações, fazendo com que os homens se identifiquem e se reconheçam como agentes históricos, e, assim sendo, reivindiquem seus direitos, exerçam sua cidadania, se organizem politicamente na intenção da construção de uma sociedade mais justa, não num futuro distante, mas a partir do presente. Dessa forma, a memória coletiva se apresenta como parte intrínseca na conquista dessa identidade, segundo Le Goff (1996)

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. (p. 476).

A memória é um elemento essencial para a identidade, quer seja ela individual, quer seja ela coletiva, em outras palavras, se o indivíduo ou a sociedade têm problemas de memória, suas identidades estão comprometidas. Grupos sociais sem identidade têm grandes possibilidades de não possuírem objetivos claros, muito mais fáceis de serem submetidos à lógica dominante. É papel do professor, que sistematiza e organiza o saber, tratar dessa memória, ajudando na construção da identidade social.

Na Educação de Jovens e Adultos, o ensino de história pode e deve contribuir para que os alunos despertem o desejo pela busca de suas memórias, individuais e coletivas, para que

eles possam reconhecer sua identidade social e exerçam seus papéis enquanto cidadãos, sempre na busca de melhores condições. De acordo com a Proposta Curricular (2001) é uma busca para “desenvolver valores, conhecimentos e habilidades que ajudem os educandos a compreender criticamente a realidade em que vivem e nela inserir-se de forma mais consciente e participativa” (p. 163).

O professor da EJA deve prezar a busca de valores humanísticos que as sociedades capitalistas, de forma disfarçada desvalorizam, entre eles, por exemplo, a ética, a cidadania e a educação como direito de todos.

### HISTÓRIA LOCAL E RESGATE DA MEMÓRIA COLETIVA

A história local se apresenta como recorte teórico-metodológico que busca evidenciar a ação dos grupos excluídos socialmente como os negros, analfabetos, pobres, índios, homossexuais, trabalhadores, tudo isso dentro da sua localidade, sem deixar de fazer a relação com a história globalizante e sem deixar de problematizá-la.

Porém, essa postura de questionar os fatos e se tornar *história problema*, ainda é muito restrita à academia. É preciso socializar esse campo de saber fora dos muros da universidade para que seja possível que a sociedade tenha conhecimento de si mesma, só assim será possível qualquer transformação social, pois como bem sugere Borges (2003):

é a contribuição que ela pode trazer para a explicação da realidade em que vivemos que nos leva a ver como fundamental sua divulgação fora das universidades e das escolas onde ela está prisioneira há longos anos. Essa divulgação se torna importante na medida em que se acredita que a história, ajudando a explicar a realidade, pode ajudar ao mesmo tempo a transformá-la (p. 8)

A história local se apresenta como uma, entre outras formas de se escrever a história a partir da perspectiva dos marginalizados e excluídos da história oficial. Ou seja, resgatar a história daqueles que muitas vezes são desconsiderados pela historiografia oficial, tidos como sem importância histórica, entre esses, comumente, estão os jovens e adultos que se encontram inseridos na EJA. Seja através dos currículos oficiais, dos livros didáticos ou das práticas de ensino dos professores que atendem este segmento do ensino.

Um cuidado necessário que se deve tomar quando do ensino de história para a EJA, destacando a história local é por ser ela ainda é uma categoria controversa, muitos pesquisadores a entendem como a história no âmbito municipal, por tanto localista. Muitas vezes existe uma idéia do local, segundo nos coloca Samuel (1990) como “uma entidade distinta e separada, que pode ser estudada como um conjunto cultural.” (pág. 227). Segundo Gasparelo, citado em Lima (2000), a história local se enquadra como

(...) um princípio metodológico, que encontra sua validade ao atender aos pressupostos da construção de um conhecimento que interage com um saber que se torna significativo e consciente, constituindo-se em sua relevância social (p. 20),

É necessário estudar a localidade, sem perder de vista sua relação com um processo maior. É possível uma aproximação temporal e espacial entre realidades distintas, aproximar determinada época/fato/processo com a realidade mais imediata, pois, podemos descobrir como as pessoas se relacionavam, como viviam em grupo e estabelecer relações com o presente. Essa afirmação é na verdade como afirma Samuel (1990) “escolher como ponto de partida algum elemento da vida que seja, por si só, limitado tanto em tempo como em espaço mas usado como uma janela para o mundo” (pág. 229).

Na esfera da EJA, através da história local, os alunos podem ter resgatada sua memória coletiva, percebendo-se agentes históricos. Assim, esses alunos têm consciência de si mesmos dentro do coletivo, envolvendo-se com sua identidade social.

É de responsabilidade historiadores a escolha sob que ótica escrevê-la, ou sob que ótica transmiti-la, isso dentro também das possibilidades que lhe são impostas. Ao menos a consciência da importância da história para a formação de cidadãos críticos tem que estar presente nos professores que lecionam história. Cabe também a quem a escreve democratizar ao máximo a memória das minorias marginalizadas da história, conforme nos coloca Le Goff (1996)

Cabe, com efeito, aos profissionais científicos da memória, antropólogos, historiadores, jornalistas, sociólogos, fazer da luta pela democratização da memória social um dos imperativos prioritários da sua objetividade científica.

(...)

A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens. (p. 477).

Trabalhar a história dos próprios alunos, de forma com que eles percebam-se agentes ativos do acontecimento histórico é papel fundamental ao professor da Educação de Jovens e Adultos, que pode, dependendo da sua forma de atuar, libertar ou manter as pessoas jovens e adultas presas na idéia de que a história é construída pelos grandes homens ou heróis da humanidade.

Freire (2002) aponta para uma necessidade de conscientização na educação e da importância do relacionamento do texto, ou seja, do que se ensina, com o contexto, o que se vive. A leitura da palavra não deve ser uma prática distante da *leitura do mundo* (Freire: 2002).

Mesmo não definindo história local, o autor aponta para a necessidade de um trabalho nessa área quando afirma que:

Um excelente trabalho, numa área popular, sobretudo camponesa, que poderia ser desenvolvido por bibliotecárias, documentalistas, educadoras, historiadoras seria, por exemplo, o do levantamento da história da área através de entrevistas gravadas, em que as mais velhas e os mais velhos habitantes da área, como testemunhos presentes, fossem fixando os momentos fundamentais da sua história comum. Dentro de

algum tempo se teria um acervo de estórias que, no fundo, fariam parte viva da História da área. (p. 33)

Percebemos uma ligação da história local com a visão freireana de educação, pois, nos dois casos, a vivência dos alunos é de suma importância no aprendizado dos educandos, re-significando o aprendizado. Vale ressaltar que, de acordo com as Propostas Curriculares (2001):

Um trabalho assim orientado requer um professor que tenha visão crítica e interesse pelos fenômenos sociais e naturais e pelo processo de produção do conhecimento. Isso não significa que ele deva tornar-se um especialista em todos os assuntos, mas sim que encare o desafio de estar constantemente em busca de informações novas que aprimorem seus conhecimentos, analisando-as criticamente e levando-as para a sala de aula. Essa atitude do educador-pesquisador é que deve contagiar os alunos, motivando-os no sentido da busca constante de novos conhecimentos. (p. 172).

A educação a partir da realidade torna-se importante e conseqüentemente mais acessível, porém, deve ser conectada com a realidade global, só assim será essencial na busca pela cidadania. As propostas Curriculares do Primeiro Segmento, da Educação de Jovens e Adultos, na área de Estudos da Sociedade e da Natureza despontam para a preocupação da significação dos conteúdos com a realidade social dos alunos, o que podemos perceber através de seus objetivos, para que os alunos sejam capazes:

- Problematizar fatos observados cotidianamente, interessando-se pela busca de explicações e pela ampliação de sua visão de mundo.
- Reconhecer e valorizar seu próprio saber sobre o meio natural e social, interessando-se por enriquecê-lo e compartilhá-lo.
- Conhecer aspectos básicos da organização política do Brasil, os direitos e deveres do cidadão, identificando formas de consolidar e aprofundar a democracia no país.
- Interessar-se pelo debate de idéias e pela fundamentação de seus argumentos.
- Buscar informações em diferentes fontes, processá-las e analisá-las criticamente.
- Interessar-se pelas ciências e pelas artes como formas de conhecimento, interpretação e expressão dos homens sobre si mesmos e sobre o mundo que os cerca.
- Inserir-se ativamente em seu meio social e natural, usufruindo racional e solidariamente de seus recursos.
- Valorizar a vida e a sua qualidade como bens pessoais e coletivos, desenvolver atitudes responsáveis com relação à saúde, à sexualidade e à educação das gerações mais novas.
- Reconhecer o caráter dinâmico da cultura, valorizar o patrimônio cultural de diferentes grupos sociais, reconhecer e respeitar a diversidade étnica e cultural da sociedade brasileira.



- Observar modelos de representação e orientação no espaço e no tempo, familiarizando-se com a linguagem cartográfica.
- Compreender as relações que os homens estabelecem com os demais elementos da natureza e desenvolver atitudes positivas com relação à preservação do meio ambiente, analisando aspectos da Geografia do Brasil.
- Compreender as relações que os homens estabelecem entre si no âmbito da atividade produtiva e o valor da tecnologia como meio de satisfazer necessidades humanas, analisando aspectos da História do Brasil.

## CONTRIBUIÇÕES NA CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA LOCAL NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A prática mais comum no ensino de história, principalmente na EJA, ainda é voltada para história dos heróis e das datas comemorativas, na maioria das vezes, o professor apenas segue os conteúdos previstos pelo plano de curso, sem ao menos problematizá-los, nem sequer se preocupa em construir um plano de aula/curso considerando elementos comuns a seus alunos.

Alguns vícios no ensino de história podem ser apontados como prática comum na Educação de Jovens e Adultos, principalmente no primeiro segmento, onde os professores não possuem uma formação específica em história. Neves (1997) enumera e comenta esses vícios:

Eurocentrismo / ocidentalismo: como país colonizado por portugueses, a educação no Brasil, adotou por muito tempo, e ainda adota um modelo ideológico europeu ocidental. Da mesma forma, a disciplina de história tem considerado a nossa realidade social como uma extensão da história da Europa Ocidental.

Oficialismo: a história apresentada como válida pela maioria dos professores ainda é a oficial. Essa é a história dos agentes do poder, que cultua os grandes heróis, os vencedores e os dominantes; enquanto os excluídos são apresentados passivamente na história, ou não são nem apresentados.

Quatриpartismo: a divisão clássica européia; Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea, ainda engessa muito dos historiadores, principalmente professores, que muitas vezes tentam enquadrar a realidade histórica dos educandos a essa ordem. Aos locais que não estão enquadrados nessa divisão cabe deixar de existir para a ciência histórica.

Universalismo: a história é vista como totalizante, onde o destino de todos é único em qualquer tempo e espaço, nessa perspectiva, os acontecimentos locais não são considerados.

Diante disso, buscamos refletir algumas posturas que podem fazer o professor reavaliar sua atuação no que diz respeito ao ensino de história, deixando assim de ser um simples transmissor de conteúdos e passando a ser um mediador na construção do conhecimento, e que esse seja interdisciplinar. Porém, vale salientar que a história local também pode ocorrer em vícios, que devem ser evitados pelos professores, são eles:

Fragmentação do conhecimento: cabe ao professor coordenar suas aulas e suas atividades no ensino de história com o fim de evitar a **fragmentação** do conhecimento, pois o local não é um pedaço isolado do geral, mas uma parte integrante e em constante interação com o todo.

Nessa perspectiva, não podemos explicar, por exemplo, a violência da comunidade do Rangel sem levar em consideração, a forma como João Pessoa se constituiu, e, ampliando as escalas, a Paraíba, o Brasil e o mundo.

Personalismo: Na minha prática de professor de EJA no Rangel, vivenciei a prática política de muitos alunos, que, na maioria das vezes, encaram os candidatos a cargos

públicos do bairro como os únicos atores que podem trazer mudanças para a comunidade. Assim como a história oficial buscou personalizar os processos históricos erroneamente, não se pode confundir história local com a valorização de personagens locais. A história local é a história da comunidade, não deve ser confundida com a de líderes comunitários, ou cidadãos ilustres, nascidos naquele lugar.

Localismo / bairrismo: valorizar o local não é considerá-lo o centro de tudo, como se fora dele, nada fosse importante, encarando os de fora da comunidade como “outros”, estranhos a sua realidade. Essa atitude gera uma ação discriminatória de tudo que vem de fora da comunidade. O aluno da EJA pode e deve perceber o outro como uma troca cultural e de conhecimentos. Além disso, de acordo com a Proposta Curricular (2001):

a pesquisa e a prática educativa revelam que eles se interessam tanto pelas questões relativas à sua sobrevivência cotidiana como por temas aparentemente distantes como a origem do universo, o desenvolvimento da informática ou a eclosão de conflitos religiosos em outros continentes. (p. 163).

Folclorização: a história local é importante na percepção da identidade social dos indivíduos, porém é necessário tomar cuidado com rótulos generalizantes que, de alguma forma, sufocam nossas personalidades. Então, encarar os alunos da EJA como fracassados e sem capacidade de aprender, ou alunos desprovidos de cultura, é uma armadilha que deve ser evitada pelos educadores.

Vale salientar que a autora supracitada não se refere especificamente à Educação de Jovens e Adultos, porém, isso não descarta a nem inviabiliza o uso do texto a essa modalidade, pois, a prática de ensino de história, também na EJA não está isenta de recorrer aos vícios, quer sejam eles globais ou locais.

Enfim, trabalhar com uma proposta de história que fuja dos padrões já firmados não é fácil, porém, as dificuldades e os vícios não devem ser usados como desculpas para permanecer no padrão tradicional da história geral. Diante desses questionamentos, apresento algumas de atividades que buscam valorizar a história local, sem perder de vista sua relação com o geral, lembrando que essas devem ser adaptadas a cada realidade.

- Pesquisa sobre a origem do nome da comunidade (bairro ou município), esse nome é significativo para a população? Porque?
- Pesquisa sobre as profissões mais recorrentes na localidade. Quais os direitos garantidos por lei desses trabalhadores? Como conseguiram?
- Fazer um levantamento das áreas de lazer, de trabalho e religiosas da comunidade. Quando e por quem foram fundadas? Como preservá-las?
- 

Enquanto professor da EJA há algum tempo, pude perceber que, vários são os problemas enfrentados pelos alunos, entre eles os mais recorrentes em minha prática foram: violência, o uso de drogas, condições materiais, dupla jornada de trabalho, sazonalidade dos empregos, gravidez indesejada, etc.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos que, em meio a tantos fatores negativos, a vontade de estudar, de melhorar a qualidade de vida, de ascender socialmente são também presentes e evidentes. Cabe ao professor, diante de tantos problemas, valorizar a vivência e a memória que os

alunos já possuem de si. Cabe também ao educador, valorizar o saber não formal que seu educando já adquiriu diante dos desafios que a vida lhe impôs, ampliando assim seu conceito de currículo.

Compreendemos que existe uma grande distância entre o que está previsto nos Parâmetros Curriculares do Primeiro Segmento do MEC, que apresenta uma proposta inovadora, democrática, contextualizada e coerente com a realidade social dos alunos; e a prática educativa na realidade do nosso município, estado ou país.

Estamos cientes de que esse problema não é gerado por uma questão específica, mas é decorrente de vários fatores, que passam pela formação de professores, pelas condições físicas de trabalho, pela vontade política de investimentos na educação, pela realidade social dos alunos, entre tantos outros impedimentos. Mas, cremos também que a resolução desses problemas torna-se insuficiente sem uma concepção inovadora, democrática e política dos educadores, que compreende uma concepção ampla de currículo, para além da lista de conteúdos a ser seguida e que valorize a história e a vivência locais.

## REFERÊNCIAS

- Borges, Vavy Pacheco. **O que é história**. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- Freire, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 43ª ed., 2002.
- Furtado, Quêzia Vila Flor. **Jovens na educação de jovens e adultos**: produção do fracasso no processo de escolarização. João Pessoa: Editora Universitária – UFPB, 2009.
- Le Goff, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 4ª ed., 1996.
- Lima, Idelzuíte de Sousa. **Ensino de história e currículo**: idéias, dizeres e práticas no fazer educativo escolar. João Pessoa: UFPB, 2000. Dissertação.
- Macedo, Roberto Sidnei. **Currículo**: campo, conceito e pesquisa. 3. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- Neves, Joana. **História local e construção da identidade social**. In Saeculum: revista de história – nº 3. Jan – Dez 1997 – João Pessoa: Editora Universitária / UFPB, 1999.
- Ribeiro, Vera Maria Masagão. **Educação para jovens e adultos**: ensino fundamental: proposta curricular - 1º segmento. São Paulo: Ação Educativa; Brasília: MEC, 2001. 239p.
- Samuel, Raphael. **História local e história oral**. Revista Brasiliense de História, São Paulo. Vol. 9, fev, 1990.